

# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

29 DE MAIO DE 2016

## CARGO: Advogado Legislativo

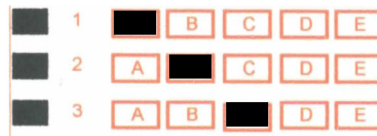
### INSTRUÇÕES

Este Caderno de Questões contém **30 questões**, constituídas com cinco opções (A, B, C, D, E) e **uma única resposta correta**. Em caso de divergência de dados e/ou de defeito no Caderno de Questões, solicite providências ao fiscal de sala.

Você receberá juntamente com o Caderno de Questões, o **Gabarito**, o qual conterà o **Cartão de Identificação** e o **Cartão Resposta**.

O **Cartão de Identificação** deverá ser preenchido atentamente com **Nome, Nº da Inscrição, Data de Nascimento e Assinatura**.

As respostas do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o **Cartão Resposta**, na ordem de 01 a 30, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de acordo com as orientações de preenchimento abaixo:



O **Cartão Resposta** é o único documento válido para a correção das provas e o não preenchimento correto implica a anulação da questão. **Não será fornecido**, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta por erro de preenchimento por parte do candidato.

O Gabarito é **insubstituível** e de inteira responsabilidade do candidato, por isso não deve ser amassado, dobrado, rasgado ou rasurado.

Durante a realização das provas **não será permitida qualquer consulta a materiais**, sejam didáticos ou eletrônicos. O candidato que for flagrado fazendo uso desses materiais estará automaticamente **eliminado** do Concurso Público.

A **interpretação das questões** é parte integrante da prova, não sendo permitido aos fiscais de sala auxiliar na interpretação.

A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e Gabarito, somente será permitida após transcorrido **30 minutos do início da mesma**.

Ao concluir a prova e o preenchimento do Cartão Resposta, **entregue o Caderno de Questões e o Gabarito ao fiscal de sala**. A não entrega de qualquer um dos itens especificados acima, implicará na eliminação do candidato do Concurso Público.

O tempo de duração total da prova é de **3 horas**, incluído o tempo para preenchimento do Gabarito.

O candidato poderá anotar suas respostas no gabarito disponível na última página da prova escrita/objetiva para conferir com o gabarito oficial.

Os **3 últimos candidatos** ao terminar a prova deverão permanecer juntos em sala para, juntamente com os fiscais de sala, conferir os Gabaritos, assinar a folha ata e o lacre dos envelopes que guardarão os Cartões de Identificação, os Cartões Resposta e os Cadernos de Questões.

A **desobediência** a qualquer uma das determinações constantes do Edital de Concurso Público, do presente Caderno de Questões e de preenchimento do Gabarito, implicará na **eliminação do candidato** do Concurso Público.

O **Gabarito Preliminar** e a **prova escrita/objetiva** estarão disponíveis, no dia **30 de maio de 2016**, no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

É facultado ao candidato interpor **recurso** contra as questões da prova escrita/objetiva através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), no prazo de **31 de maio a 02 de junho de 2016**.

01) Das sentenças abaixo qual sublinha um verbo no pretérito imperfeito:

- a) Devolveu a roupa que comprara na loja da esquina.
- b) Daqui a uma semana, volto para casa.
- c) A ambulância atravessava a rua, quando foi atingida pelo carro.
- d) Entregou o presente para a criança.
- e) Quando chove à noite fico com muito medo.

02) Dadas as sentenças:

1. *Evidentemente* o lago não é profundo.
2. O lago não é, *evidentemente*, profundo.
3. O lago não é *evidentemente* profundo.

O advérbio em itálico:

- a) Tem o mesmo sentido nas frases 1 e 3.
- b) Tem o mesmo sentido nas frases 1 e 2.
- c) Tem o mesmo sentido nas frases 2 e 3.
- d) Possui sentidos diferentes em todas as frases.
- e) Possui o mesmo sentido em todas as frases.

03) Todas as sentenças abaixo estão corretas em relação à concordância, exceto:

- a) As meninas queriam ficar sós no quarto.
- b) As meias custaram barato.
- c) A reunião ficou meio tensa depois que ele chegou.
- d) As pintoras mesmas organizaram a exposição.
- e) Estão anexos aos arquivos as cópias dos depoimentos.

04) Uma das assertivas abaixo está incorreta devido à falta do acento indicador de crase. Marque-a:

- a) Meu avô sempre foi apegado as netas.
- b) Os alunos nunca obedecem a você?
- c) A professora se referiu a você no conselho de classe.
- d) Pedro consertou a moto de trilha.
- e) O ator visitará a região onde a novela será filmada.

05) "Viver a vida é perfeito mesmo sem a perfeição." No início desse trecho da música de João Bosco e Vinícius (em destaque) temos uma figura de linguagem denominada:

- a) comparação
- b) personificação
- c) metonímia
- d) hipérbole
- e) pleonasma

06) O determinante da matriz  $\begin{bmatrix} 7 & 8 \\ 5 & -4 \end{bmatrix}$  é igual a?

- a) -78
- b) 19
- c) 36
- d) -68
- e) -103

07) Qual é a média harmônica dos números 8, 4 e 2?

- a) 5,37
- b) 3,98
- c) 5,91
- d) 2,92
- e) 3,43

08) Sendo os números 1; 3; 7; 3; 2, qual é a mediana dessa distribuição de números?

- a) 3
- b) 1
- c) 3,5
- d) 4,5
- e) 7

09) O valor da expressão matemática  $\left(\frac{3^4}{20\%}\right)$  é igual a?

- a) 78
- b) 405
- c) 27
- d) 1035
- e) 18

10) Um cubo possui volume de  $343\text{cm}^3$ , então a área total desse cubo em  $\text{cm}^2$ , é de?

- a) 176
- b) 204
- c) 308
- d) 294
- e) 318

Espaço para cálculo:

## Conhecimentos Gerais

### 11) Quais são as cores predominantes da Bandeira do Município de Campo Erê (SC)?

- a) Azul, amarela e vermelha.
- b) Azul e branca.
- c) Verde, amarela e vermelha.
- d) Azul, vermelha e verde.
- e) Branca, amarela e verde.

### 12) Qual Município não faz limite territorial com o Município de Campo Erê (SC)?

- a) Saltinho (SC).
- b) Santa Terezinha do Progresso (SC).
- c) Tigrinhos (SC).
- d) São Bernardino (SC).
- e) Anchieta (SC).

### 13) O Município de Campo Erê (SC) foi desmembrado do Município de:

- a) São Lourenço do Oeste (SC).
- b) Palma Sola (SC).
- c) Anchieta (SC).
- d) Chapecó (SC).
- e) Guaraciaba (SC).

### 14) Em 2016 o Município de Campo Erê (SC) completará quantos anos desde sua emancipação?

- a) 55
- b) 56
- c) 57
- d) 58
- e) 59

### 15) Qual é o nome do atual Vice-Prefeito do Município de Campo Erê (SC)?

- a) Alvaro Luiz Vigano.
- b) Rudimar Borcioni.
- c) Normelio Daneluz.
- d) Wilson Pedro Schoeninger.
- e) Laudir Carlos Dala Corti.

## Conteúdos Específicos

### DIREITO CONSTITUCIONAL

### 16) Acerca dos Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- a) A soberania, a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e o pluralismo político são exemplos dos fundamentos previstos na Constituição Federal Brasileira.

- b) Como princípios da República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, pode-se citar os da independência nacional, prevalência dos direitos humanos, igualdade entre os estados; defesa da paz; e construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) A soberania, como exemplo de fundamento previsto pelo art. 1º, da Constituição Federal, também é considerada como princípio da Ordem Econômica, prevista pela própria Carta Magna.
- d) A Constituição Federal de 1988 foi, tão somente, a segunda na história a prever, especificamente, os objetivos do Estado Brasileiro, que tem por fim, a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana.
- e) Todas as afirmativas estão incorretas.

**17) “O regime representativo desenvolveu técnicas destinadas a efetivar a designação dos representantes do povo nos órgãos governamentais. A princípio, essas técnicas aplicavam-se empiricamente nas épocas que o povo deveria proceder à escolha de seus representantes. Aos poucos, porém, certos modos de proceder foram transformando-se em regras, que o direito positivo sancionara como normas de agir. (...)” (SILVA, 2006, p. 344). O conceito citado diz respeito ao:**

- a) Direito Político.
- b) Direito de Cidadania.
- c) Direito de Voto.
- d) Direito de Sufrágio Universal.
- e) Direito de Capacidade Eleitoral.

### 18) Assinale a assertiva incorreta:

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.
- b) Os Territórios, não são mais considerados componentes da Federação, como eram em Constituições anteriores, sendo que sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas por lei ordinária federal.
- c) É vedado aos entes da federação – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – o estabelecimento de cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, ou embaraçá-los o seu funcionamento.
- d) O município reger-se-á por Lei Orgânica, promulgada pela Câmara Municipal, após votação em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- e) A fiscalização do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, com auxílio dos Tribunais de Contas Estaduais, sendo que as contas municipais deverão ficar a disposição dos contribuintes pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**19) Em se tratando do Direito da Administração Pública de desapropriar bens patrimoniais privados, é correto afirmar que:**

- a) Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
- b) Para fins de reforma agrária, à União compete desapropriar imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, incluindo-se as benfeitorias úteis e necessárias.
- c) As desapropriações de imóveis urbanos serão pagas mediante prévia e justa indenização em dinheiro, podendo, nos casos previstos em lei, o pagamento em títulos da dívida pública, resgatáveis em até 20 (vinte) anos.
- d) Toda legislação concernente à desapropriação de imóveis, compete, privativamente, à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- e) A propriedade produtiva e a pequena ou média propriedade rural, definida em lei, mesmo que não exclusiva, serão insuscetíveis de desapropriação.

**20) A aquisição de imóvel pela Administração Pública, com devida dispensa de licitação nos termos da Lei n.º 8.666/93, passível de decretação de nulidade por meio de:**

- a) Ação Civil Pública.
- b) Ação Popular.
- c) Ação de Improbidade Administrativa.
- d) Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo.
- e) Nenhuma das alternativas.

**21) Ato de improbidade administrativa, que causa lesão ao erário ou qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens da administração pública é punido com:**

- a) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- b) Ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público

ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

- c) Ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- d) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos e pagamento de multa civil de até cinquenta vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- e) Ressarcimento integral do dano, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos e, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.

## DIREITO DO TRABALHO

**22) Acerca da Organização Sindical, prevista na legislação constitucional, bem como na Consolidação das Leis do Trabalho, analise as assertivas abaixo:**

- I. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.
- II. Dentre os deveres dos sindicatos de empregados, pode-se citar a promoção da conciliação dos dissídios de trabalho; a manutenção de serviços de assistência judiciária aos associados, e a promover a fundação de cooperativas de consumo e crédito, bem como a fundar e manter escolas de alfabetização e prevocacionais.
- III. A filiação do empregado em sindicato ou sua manutenção como filiado ao sindicato é

facultativa, ou seja, de acordo com os interesses e vontades do próprio empregado.

Com as assertivas acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) A assertiva II está correta.
- c) As assertivas I e III estão corretas.
- d) A assertiva III está correta.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

**23) Assinale a alternativa correta em relação ao Contrato Individual de Trabalho:**

- a) O contrato de trabalho é o acordo expresso ou tácito, correspondente à relação de emprego; entretanto, somente admite na forma escrita, sob pena de ferimento a legislação competente.
- b) Possui como característica a bilateralidade, a gratuidade, é sinalagmático e de trato sucessivo.
- c) É *intuito personae*, ou seja, enquadra-se como um acordo de vontades, onde o empregador tem obrigação de dar, e o empregado, obrigação de fazer.
- d) Tem como característica a Comutatividade, ou seja, as partes sabem o que estão trocando, se opondo ao contrato aleatório.
- e) Trata-se de contrato de direito público, tendo em vista que se utiliza de normas de Direito do Trabalho, ou seja, normas de ordem pública.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

**24) Em matéria Tributária, assinale a assertiva incorreta:**

- a) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ressalvando-se os casos de estado de necessidade, previstos na Constituição Federal.
- b) Embora seja vedado à União estabelecer tributos que não sejam uniformes em todo território nacional, é permitida a concessão de incentivos fiscais na busca de equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.
- c) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em virtude de sua procedência ou destino.
- d) Sem prejuízo de outras garantias, é vedado aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, bem como instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- e) A instituição de impostos extraordinários pela União, somente será permitida nos casos de guerra externa ou na sua iminência.

**25) Acerca das fontes do Direito Tributário, analise as assertivas abaixo:**

- I. As fontes principais caracterizam-se como sendo àquelas em que se exprime a vontade do legislador em relação a determinado fato social. Citam-se, como exemplo, a Constituição Federal, as leis complementares e as medidas provisórias.
- II. As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa e as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas, constituem-se como fontes secundárias do Direito Tributário.
- III. Os tratados e convenções internacionais, como fontes do Direito tributário, por serem celebrados pelo Presidente da República, necessitam de ratificação pelo Congresso Nacional, para lhes conferirem status de lei; os tratados e convenções internacionais somente poderão alterar norma interna, com exceção da Constituição Federal.
- IV. As fontes materiais do Direito Tributário “são os fatos ou situações da vida social que serão tributadas, como a de auferir renda, a de propriedade de um veículo automotor, a de venda de uma mercadoria, a transferência de propriedade de um imóvel”.

**Analisando as assertivas supra, assinale a alternativa incorreta:**

- a) As assertivas I e II estão corretas.
- b) As assertivas II e IV estão corretas.
- c) As assertivas I e III estão corretas.
- d) A assertiva IV está correta.
- e) Somente a assertiva III está incorreta.

**26) Acerca da Legislação Tributária é incorreto afirmar que:**

- a) Os efeitos normativos das decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, terão vigência 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.
- b) A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, ressalvado o previsto neste Capítulo.
- c) A lei tributária somente poderá retroagir quando deixar de definir determinado ato/fato como infração, desde que o ato não tenha sido julgado.
- d) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará a analogia como primeira modalidade de resolução do impasse.
- e) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance

de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

### **DIREITO DE PROCESSO CIVIL**

**27) Em se tratando de Execução contra a Fazenda Pública, é correto afirmar que:**

- a) O Novo Código de Processo Civil estabeleceu a possibilidade da execução de títulos executivos extrajudiciais em face à Fazenda Pública, ratificando entendimento Sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Quando a Fazenda Pública é citada em ação fundada em título extrajudicial, terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis – regra do Novo Código de Processo Civil – para apresentação de embargos, que poderão versar sobre qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.
- c) O juiz poderá rejeitar liminarmente os embargos apresentados pela Fazenda Pública, nos casos previstos em lei, recorrível mediante Agravo de Instrumento, uma vez que a apresentação dos embargos não suspende a execução principal.
- d) Recebido os embargos a execução apresentados pela Fazenda Pública, o embargado será intimado para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Após a manifestação do embargado, e por se tratar de Ente Público, o juiz, necessariamente, marcará audiência de instrução, onde proferirá sentença.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

**28) Com a edição e vigência do Novo Código de Processo Civil, assinale a assertiva incorreta:**

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 06h00min às 20h00min, podendo este prazo se estender para após as 20h00min, quando adiamento do ato prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se em feriados ou dias úteis fora do horário de expediente (antes das 06h00min e após as 20h00min), inclusive no período de férias forenses.
- c) A prática eletrônica de ato processual, incluindo-se o protocolo de petições simples e recursos, pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- d) A ação de alimentos e as demandas que visem a nomeação ou a remoção de tutor e curador terão processamento normal durante as férias forenses, não podendo, sequer, haver suspensão na superveniência das férias forenses.
- e) Na inexistência de previsão legal, ou na ausência de prazo fixado pelo Magistrado, será de 05 (cinco) dias o prazo para realização de ato ou prática de ato processual.

**29) Pedrinho Justicheiro ingressa judicialmente com ação de execução de título extrajudicial em face de Antônio Enrolador. Determinada a citação do devedor, este é citado no dia 15 de abril de 2016 (sexta-feira), com realização e intimação da penhora concretizada no dia 20 de abril de 2016 (quarta-feira) e juntada de mandado aos autos no dia 25 de abril de 2016 (segunda-feira). Considerando a situação hipotética apresentada, o prazo fatal para apresentação dos embargos esgota-se em:**

- a) 06 de maio de 2016.
- b) 09 de maio de 2016.
- c) 10 de maio de 2016.
- d) 12 de maio de 2016.
- e) 16 de maio de 2016.

### **DIREITO CIVIL**

**30) Acerca do Direito das Obrigações, assinale a assertiva correta:**

- a) Nas obrigações alternativas, se nada for convencionado entre as partes, a escolha cabe ao credor, como regra geral do Direito Civil Brasileiro.
- b) Se um dos credores remitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros, que poderão exigir do devedor a dívida num todo, inclusive a parte que cabia ao credor remitente.
- c) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- d) Incorre na obrigação de indenizar por danos morais e materiais o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- e) Antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, exceto em situações de caso fortuito ou força maior.